

Organizadores

Gustavo Borges
Maria Aparecida Dutra Bastos
Maurilio Casas Maia
Vitor Guglinski

TEMPO E RESPONSABILIDADE CIVIL

PERSPECTIVAS SUL-AMERICANAS DA LESÃO TEMPORAL

Apresentação

Claudia Lima Marques e Laís Bergsrein

Prefácio

Nelson Rosenvald

Prelúdio

Fernando Rodrigues Martins

Autores

Aicha de Andrade Quintero Eroud
Arturo Caumont
Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho
César Carranza Álvarez
Dora Szafir
Fábio Campelo Conrado de Holanda
Fernando Antônio Lima
Gustavo Borges
Hillary Marks
Jeremias Reis Comaru
Luis Carlos Pineda Acosta
Luiz Fernando Perez Pinto Tonholi
Manoela Marli Jaqueira
Marcela Guimarães Barbosa da Silva
Mariana M. Carlessi
Maurilio Casas Maia
Milena Pires Fajardo
Olga Alejandra Alcántara Francia
Roberta Pereira Ramos
Rodrigo da Guia Silva
Sergio Sebastián Barocelli
Tammy Fortunato



tirant
lo blanch

Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Diagramação e Capa: Analu Brettas

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

E67

Tempo e responsabilidade civil : perspectivas sul- americanas da lesão temporal / Aicha de Andrade Quintero Eroud...[et al.]; Gustavo Borges, Maria Aparecida Dutra Bastos, Maurilio Casas Maia, Vitor Guglinski (org); prefácio Nelson Rosenvald; prelúdio Fernando Rodrigues Martins. - 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2023.

276 p.

ISBN: 978-65-5908-605-4.

1. Responsabilidade civil. 2. Direito do consumidor. I. Título.

CDU: 347.5(8)

Biblioteca responsável: Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

DOI: 10.53071/boo-2023-07-10-64ac732013e66

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, Lei n° 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n°9.610/98).



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com
tirant.com/br - editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

HOMENAGEM	7
APRESENTAÇÃO	9
<i>Claudia Lima Marques e Laís Bergstein</i>	
PREFÁCIO	13
<i>Nelson Rosenvald</i>	
<i>PRELÚDIO</i>	
INDENIZABILIDADE DO TEMPO EXISTENCIAL DO VULNERÁVEL: UM PRELÚDIO À OBRA COLETIVA “TEMPO E RESPONSABILIDADE CIVIL: PERSPECTIVAS SUL-AMERICANAS DA LESÃO TEMPORAL”	19
<i>Fernando Rodrigues Martins</i>	
<i>CAPÍTULO 1</i>	
LESÃO AO TEMPO DO CONSUMIDOR NO DIREITO BRASILEIRO	27
<i>Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho</i>	
1. Introdução.....	27
2. O tempo como bem juridicamente tutelado.....	28
2.1. Dignidade e tempo da pessoa humana: liberdade e solidariedade.....	29
2.2. Manifestações do tempo nas relações jurídicas: prestação principal e deveres anexos da Boa-Fé Objetiva.....	30
2.3. A reparabilidade da lesão ao tempo.....	34
3. Problemas de lesão temporal: reparação autônoma ou incidental.....	37
4. Repensando a dogmática: qualificação, limites da lesão ao tempo e suas possibilidades reparatórias	39
<i>CAPÍTULO 2</i>	
LA TUTELA DEL TIEMPO DE LOS CONSUMIDORES. PERSPECTIVAS DESDE EL DERECHO ARGENTINO	45
<i>Sergio Sebastián Barocelli</i>	
1. Introducción.....	45
2. El tiempo como recurso escaso con valor económico y social	46
3. Las causas de la pérdida de tiempo de los consumidores.....	47
4. Derechos constitucionales en juego.....	48
5. Estrategias para la prevención de la pérdida de tiempo de los consumidores.....	50
6. La perdida de tiempo como daños a indemnizar	53
6.1. Daño emergente	54
6.2. Lucro cesante.....	55

6.3. Dano moral	56
6.4. Lesión al derecho al trato digno	58
7. Sanción de la pérdida de tiempo	59
8. A modo de conclusión	61

CAPÍTULO 3

O TEMPO COMO DIREITO FUNDAMENTAL NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS..... 62

Aicha de Andrade Quintero Eroud, Luiz Fernando Perez Pinto Tonholi e Manoela Marli Jaqueira

1. Introdução.....	62
2. O Valor Jurídico do Tempo.....	64
3. O Tempo como Direito na Defesa do Consumidor.....	67
4. Conclusões	69
Referências bibliográficas	69

CAPÍTULO 4

O TEMPO COMO DIREITO DA PERSONALIDADE E SUA USURPAÇÃO COMO DANO PASSÍVEL DE REPARAÇÃO PELO FORNECEDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO 71

Fábio Campelo Conrado de Holanda e Jeremias Reis Comaru

1. Introdução.....	71
2. O tempo como bem jurídico: Direito de personalidade atípico.....	72
3. Dano Temporal: da caracterização à jurisprudência do dever de indenizar.....	75
4. Percepção Individual sobre a utilização do tempo.....	78
5. Considerações Finais.....	81
Referências bibliográficas	81

CAPÍTULO 5

EL TIEMPO COMO DURACION. LOS CONTRATOS DE EJECUCION CONTINUADA Y SU PROPENSION AL RIESGO DE CAUSACION DE DAÑOS..... 83

Arturo Caumont

CAPÍTULO 6

LESÃO AO TEMPO E O MÉTODO BIFÁSICO DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL 93

Rodrigo da Guia Silva e Marcela Guimarães Barbosa da Silva

1. Introdução.....	93
2. Notas sobre o reconhecimento do dano moral por lesão ao tempo: dignidade humana e tutela do tempo-liberdade.....	95
3. A enunciação do método bifásico de quantificação do dano moral.....	100
4. Influxos da lesão ao tempo sobre as duas etapas do método bifásico.....	103
5. Conclusão.....	105
Referências bibliográficas	106

CAPÍTULO 7

EL TIEMPO COMO DAÑO RESARCIBLE 109*Dora Szafir e Hillary Marks*

1. Concepto de Daño	109
1.1. Daño patrimonial.....	111
1.2. Daño extrapatrimonial	111
2. Evaluación del daño resarcible	112
3. El tiempo perdido como daño.....	114
4. Derecho a procedimientos ágiles y eficaces.....	116
5. Concepto de abuso de derecho.....	117
6. Prácticas abusivas.....	119
7. Violación del principio de buena fe. Deber de Colaboración.....	120
8. Frustración del derecho por el transcurso del tiempo.....	122
9. Reparación del daño causado por el Tiempo Perdido	123
10. Insuficiencia de la reparación. Daños Punitivos.....	124
Referencias bibliográficas	125

CAPÍTULO 8

DANO TEMPORAL: REPARAÇÃO ECONÔMICA DO CONSUMIDOR NOS DIREITOS BRASILEIRO E PORTUGUÊS 127*Fernando Antônio Lima e Tammy Fortunato*

1. Introdução.....	127
2. Dano temporal ou cronológico ou desvio produtivo do consumidor ou perda do tempo vital ou existencial – conceito.....	129
3. Fundamentos teóricos para a tutela do tempo do consumidor.....	130
3.1. Teoria da responsabilidade civil e a reparação econômica pelo dano temporal	130
3.2. Pressupostos ou requisitos para a responsabilidade civil por dano temporal.....	133
3.2.1. Conduta (positiva ou negativa) do fornecedor	133
3.2.2. Evento danoso (prejuízo extrapatrimonial) ao consumidor – natureza jurídica: mero aborrecimento, dano moral, dano existencial ou dano autônomo?	135
3.2.3. Nexo causal entre a conduta do fornecedor e o dano temporal	137
4. Fundamento político-filosófico da tutela do tempo	138
5. Reparação do dano temporal como decorrência da natureza de direito fundamental do direito consumidor	140
5.1. Tutela constitucional do tempo do consumidor – direito fundamental do consumidor como norma constitucional preceptiva exequível	144
5.2. Tutela constitucional do tempo do consumidor – eficácia horizontal direta.....	148
5.3. Tutela constitucional do tempo do consumidor – norma constitucional de abertura dos direitos fundamentais no direito brasileiro e no direito português.....	150
6. A tutela do tempo nas legislações infraconstitucionais brasileira e portuguesa.....	153
7. Reparação econômica do dano temporal.....	160

7.1. Dano temporal como dano moral	163
7.2. Dano temporal como dano existencial	164
7.3. Dano temporal como categoria autônoma	165
8. Conclusão	167
Referências bibliográficas	168

CAPÍTULO 9

LA RESPONSABILIDAD CIVIL POR PÉRDIDA DE TIEMPO Y SU ABORDAJE JURÍDICO, EN ESPECIAL EN EL ÁREA CONSUMERISTA. (ESTUDIO COMPARADO BRASIL COLOMBIA)..... 172

Luis Carlos Pineda Acosta

1. Definición económica y social del tiempo	174
2. Definición, características, y consecuencias jurídicas del tiempo	177
3. Clasificación y determinación de la naturaleza jurídica del tiempo	179
4. Justificativa argumentativa de la protección Jurídica del tiempo como derecho de la personalidad	182
5. La pérdida de tiempo como interés económico protegido por medio de la responsabilidad civil.....	184
6. La responsabilidad civil por la pérdida de tiempo	186
6.1. El daño y el perjuicio: su relación con el tiempo	187
6.2. La realidad jurídica por la pérdida de tiempo en los escenarios Legislativo, Jurisprudencial y Doctrinario	188
6.3. Registro de desarrollo jurisprudencial en los tribunales de justicia de Colombia respecto al tema responsabilidad civil por pérdida de tiempo del consumidor	191
6.4. Fórmulas de prevención para la pérdida de tiempo del consumidor	192

CAPÍTULO 10

REPARACIÓN DEL DAÑO AL CONSUMIDOR POR LA PÉRDIDA DE SU TIEMPO: REFLEXIONES INICIALES DESDE EL DERECHO PERUANO 197

César Carranza Álvarez e Olga Alejandra Alcántara Francia

1. Introducción.....	197
2. La pérdida del tiempo del consumidor y el daño resultante. Una mirada a los desarrollos doctrinarios y a la postura de la justicia	198
3. La cuestión del tiempo en el derecho peruano y caracterización de la pérdida del tiempo del consumidor	207
4. ¿Es aplicable, en el Perú, la tesis de la reparación del daño por la pérdida del tiempo del consumidor? Algunas reflexiones iniciales	213
Referencias bibliográficas	217

CAPÍTULO 11

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS COMO MECANISMO PARA MINIMIZAR DANOS GERADOS PELA DEMORA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL 219

Roberta Pereira Ramos e Milena Pires Fajardo

1. Introdução.....	219
--------------------	-----

2. A Prestação Jurisdicional Efetiva Prometida e a Responsabilidade Civil do Estado por Danos Gerados pela demora no processo	220
3. Negócios Jurídicos Processuais e sua aplicabilidade nas fases pré-processuais e processuais	225
4. As cláusulas negociais para minimizar danos gerados pela demora na prestação jurisdicional	227
5. Considerações Finais.....	230
Referências Bibliográficas	231

CAPÍTULO 12

O PACIENTE COMO CONSUMIDOR HIPERVULNERÁVEL, O DIREITO HUMANO À SAÚDE E A (FALTA DA) TUTELA JURÍDICA DO SEU TEMPO DE ESPERA

Gustavo Borges e Mariana M. Carlessi

1. Introdução.....	233
2. A autonomia e o valor jurídico do dano temporal como decorrência dos direitos fundamentais	235
3. Paciente é (hiper)vulnerável por sua natureza e definição e o tempo de espera como valor jurídico	239
4. A proteção do tempo do paciente hipervulnerável: estudo das decisões judiciais.....	243
5. Conclusão.....	246
Referências bibliográficas	247

CAPÍTULO 13

VULNERABILIDADE TEMPORAL (VT) E ESTATUTO DO TEMPO DO CONSUMIDOR (ETC): COMENTÁRIOS À LEI AMAZONENSE N. 5.867/2022

Maurilio Casas Maia

1. Introdução.....	249
2. Comentários aos artigos: Diálogo das fontes em um subsistema de proteção do tempo do consumidor e sua constitucionalidade	251
2.1. Proteção temporal como direito fundamental decorrente (art. 1º).....	252
2.2. Vulnerabilidade Temporal do Consumidor (art. 2º).....	253
2.3. Lesão ao tempo e reparação integral dos danos ao consumidor (art. 3º)	253
2.4. Dever de não lesionar o tempo do consumidor (art. 4º)	254
2.4.1. Direito à informação temporal por instituições fiscalizatórias (art. 4º, p.u.) ...	254
2.5. Tutela Específica do tempo (art. 5º)	255
2.6. Reparação autônoma da lesão temporal enquanto dano extrapatrimonial (art. 6º)	255
2.7. Suportes Fáticos da Lesão Temporal (art. 7º)	256
2.8. Quantificação da compensação da lesão temporal (art. 8º).....	257
2.9. Comunicações ao Ministério Público e à Defensoria Pública (art. 9º)	258
2.10. Qualidade do serviço e padrão temporal mínimo (art. 10).....	259
2.11. A facilitação da defesa do direito ao tempo do consumidor (art. 11)	260
2.12. Direito à informação temporal (art. 12) e transparência (CDC, art. 4º).....	260

2.13. PROCON e Sanções (art. 13)	261
2.14. “Nudge” ao bom comportamento do Fornecedor (art. 14)	262
2.15. Regulamentação (art. 15).....	262
2.16. Vigência e revogação (art. 16).....	262
2.17. Uma primeira aplicação da Lei Amazonense n. 5.867/2022 no TJAM.....	262
3. Conclusões	264
Referências bibliográficas	266
SOBRE OS ORGANIZADORES	268
SOBRE OS AUTORES	269
GRUPOS DE ESTUDO E PESQUISA.....	273